

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.317 - RJ (2019/0292032-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA - RJ134652
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ISANIO GOMES DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por ISANIO GOMES DO NASCIMENTO, com pedido de liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado:

Paciente preso em flagrante em agosto de 2018, convertida em preventiva três dias após. Denunciado por supostamente praticar os crimes previstos nos artigos 157, § 2º, II (roubo circunstanciado pelo concurso de agentes) e §2º-A, I, do C. Penal (emprego de arma de fogo) – duas vezes, n/f do 70 e 288, parágrafo único da Lei 9069/90, todos na forma do 69, do mesmo diploma legal.

(1). O relaxamento da custódia, por excesso de prazo da prisão – INVIÁVEL.

Processo complexo com mais 05 corréus, tramitando regulamente. Paciente preso em flagrante em 03/08/2018, convertida em preventiva, em 06/08/2018, na audiência de custódia, recebida a denúncia e realizada a citação em 29/08/2018. Oferecido aditamento à exordial em 19/09/2019, devidamente citado em 26.09.2018 e apresentada resposta à acusação em 17/01/2019.

Desmembrados os autos em relação a um dos corréus.

O magistrado de piso, revogou a custódia de um corréu (Felipe Oliveira da Silva Cabral), considerando não ter o mesmo participado da ação violenta, longe de qualquer semelhança entre os fatos.

Anormalidade descaracterizada, ausente qualquer período de paralisação indevida na marcha processual.

In casu, a sequência dos atos praticados pelo magistrado de piso demonstra a regular tramitação da ação penal mostrando-se razoável o prazo pelo qual se estende a cautela.

Desdobramento do feito aguardando o cumprimento das Cartas Precatórias.

DENEGAÇÃO DA ORDEM.

O paciente foi preso em flagrante em 3/8/2018, custódia convertida em preventiva, e denunciado pela prática de roubo majorado.

No presente *habeas corpus*, o paciente sustenta excesso de prazo na formação da culpa.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva com aplicação de medida cautelar diversa.

Na origem, a ação penal n. 0181993-41.2018.8.19.0001 está na fase de instrução, aguardando retorno de precatórias, consoante informações disponibilizadas no *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Destaca-se que em relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, porquanto necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Comunique-se.

Solicitem-se informações, em especial para que seja enviado o andamento da ação penal, com as datas dos principais atos do processo.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator